

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siuffi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 3468/2018-PGJ, DE 15.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva, atualmente exercendo o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 28.5 a 4.6.2018, a ser usufruído no dia 10.10.2018, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3457/2018-PGJ, DE 15.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 3335/2018-PGJ, de 2.10.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de outubro de 2018, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA			
11 a 14.10.2018	PJ de Pedro Gomes	Adriano Barrozo da Silva	99312-3965

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA			
11 a 14.10.2018	PJ de Sonora	Adriano Barrozo da Silva	99312-3965

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3460/2018-PGJ, DE 15.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 72ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Luciana do Amaral Rabelo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Turma Recursal Mista da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 15 de outubro de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3461/2018-PGJ, DE 15.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva a participar de audiência pública promovida pelo Conselho Nacional do Ministério Público referente à participação de mulheres como expositoras em eventos jurídicos do Ministério Público na qualidade de palestrantes, conferencistas, debatedoras e congêneres, no dia 17.10.2018, em Brasília/DF.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3462/2018-PGJ, DE 15.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 16.10.2018, as férias do Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves, concedidas por meio da Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3463/2018-PGJ, DE 15.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	11.6 e 15.7.2017	9 e 10.10.2018
Paulo Henrique Mendonça de Freitas	17.12.2017, 20 e 21.1.2018	12, 13 e 14.11.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3464/2018-PGJ, DE 15.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 33º Promotor de Justiça de Campo Grande, Nicolau Bacarji Junior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Especializadas da mencionada Comarca, no período de 16 a 30.10.2018, em razão de licença do titular, Luiz Antônio Freitas de Almeida.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3465/2018-PGJ, DE 15.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018, com a redação dada pela Portaria nº 2314/2018-PGJ, de 5.7.2018, na parte que concedeu o 2º período de férias à Promotora de Justiça Filomena Aparecida Depolito Fluminhan, que seriam usufruídas no período de 19 a 28.11.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3466/2018-PGJ, DE 15.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2407/2018-PGJ, de 12.7.2018, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, referente aos dias 9, 10 e 11.8; 6 e 7.9.2014, que seria usufruída nos dias 19, 20, 21, 22 e 23.11.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3467/2018-PGJ, DE 15.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, nos períodos a seguir relacionados:

PLANTÃO	PERÍODOS DE GOZO
10, 11 e 12.10.11.2015	15 a 17.10.2018
15.11 e 8.12.2015; 9 e 10.1.2016	29.10 a 1º.11.2018
16, 17.1, 20 e 21.2.2016	19 a 22.11.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3475/2018-PGJ, DE 16.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 4ª Zona Eleitoral, nos períodos de 15 a 17.10, 29.10 a 1º.11 e 19 a 22.11.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3476/2018-PGJ, DE 16.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018, modificada pela Portaria nº 3235/2018-PGJ, de 24.9.2018, na parte que estabeleceu o período de conversão do Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior, de forma que, onde consta: 16 a 25.10.2018; passe a constar: 19 a 28.10.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 3469/2018-PGJ, DE 16.10.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias individuais aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO INDEFERIDO
Alexandre Rosa Luz	2017/2018	26.10 a 14.11.2018
Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca	2017/2018	5.11 a 4.12.2018
Leonardo Dumont Palmerston	2017/2018	26.10 a 24.11.2018
Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro	2017/2018	26.10 a 24.11.2018
Paulo Leonardo de Faria	2017/2018	26.10 a 14.11.2018
Romão Avila Milhan Junior	2017/2018	2 a 18.11.2018
		23.11 a 5.12.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 3446/2018-PGJ, DE 10.10.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, nos dias 30 e 31.8.2018, as férias da servidora Alessandra Messias Holland dos Santos, concedidas por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, com a redação dada pela Portaria nº 2780/2018-PGJ, de 13.8.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas nos dias 5 e 6.11.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3447/2018-PGJ, DE 10.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Valdemilson Massayoshi Thaada, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que seriam usufruídas no período de 19 a 28.11.2018, a serem usufruídas no período de 7 a 16.1.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3448/2018-PGJ, DE 10.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Denise Pereira Lima, por meio da Portaria nº 1638/2018-PGJ, de 11.5.2018, que seriam usufruídas no período de 15 a 24.10.2018, a serem usufruídas no período de 23.9 a 2.10.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3449/2018-PGJ, DE 10.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Marlene Falco de Lima, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2018, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.10.2018, a serem usufruídas no período de 18 a 27.2.2019, em razão de convocação para serviço eleitoral, nos termos do artigo 10, inciso VII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3450/2018-PGJ, DE 10.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Rafaela Rodrigues Francisco, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2018, que seriam usufruídas no período de 1º a 10.10.2018, a serem usufruídas no período de 10 a 19.12.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3451/2018-PGJ, DE 10.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Hermes Alencar de Lima, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2018, alterada pela Portaria nº 352/2018-PGJ, de 25.1.2018, que seriam usufruídas no dia 1º.10.2018, a serem usufruídas no dia 2.5.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3452/2018-PGJ, DE 10.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Adiy Adi Tranches	2017/2018	19 a 28.3.2018	15 a 24.10.2018		28.8 a 6.9.2018
Camila Cavalcante Melo	2017/2018	17 a 26.4.2018	10 a 19.12.2018		2 a 11.5.2018
Carlos Alberto Cantú	2016/2017	21 a 30.5.2018	1º a 10.10.2018		9 a 18.5.2018
Fernanda Aparecida Astolphi Ribeiro	2016/2017	11 a 20.4.2018	19 a 28.11.2018		8 a 17.1.2018
Flávia Areias de Andrade Coelho	2017/2018	28.8 a 6.9.2018	10 a 19.12.2018		17 a 26.7.2018

PORTARIA Nº 4133/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Angela Teno Ribeiro do Val	2016/2017	23.7 a 1º.8.2018	5 a 14.11.2018		24.11 a 3.12.2017

PORTARIA Nº 588/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Gláucia Gonzaga Vieira de Sá	2016/2017	1º a 10.10.2018	10 a 19.12.2018		7 a 16.3.2018

PORTARIA Nº 2404/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Francislene de Souza Guerreiro	2017/2018	14 a 23.1.2019	15 a 24.7.2019		22 a 31.8.2018
Guilherme da Matta Massarotto	2016/2017	15 a 24.7.2019	1º a 10.9.2019		1º a 10.8.2018

PORTARIA Nº 2759/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Gillielen Laura Alves Lobo Ruso	2017/2018	1º a 10.10.2018	7 a 16.3.2019		13 a 22.9.2018

Passe a constar:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Adiy Adi Tranches	2017/2018	19 a 28.3.2018	22 a 31.1.2019		28.8 a 6.9.2018
Camila Cavalcante Melo	2017/2018	17 a 26.4.2018	14 a 23.11.2018		2 a 11.5.2018
Carlos Alberto Cantú	2016/2017	21 a 30.5.2018	7 a 16.1.2019		9 a 18.5.2018
Fernanda Aparecida Astolpho Ribeiro	2016/2017	11 a 20.4.2018	26.11 a 5.12.2018		8 a 17.1.2018
Flávia Areias de Andrade Coelho	2017/2018	28.8 a 6.9.2018	5 a 14.11.2018		17 a 26.7.2018

PORTARIA Nº 4133/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Angela Teno Ribeiro do Val	2016/2017	23.7 a 1º.8.2018	18 a 27.2.2019		24.11 a 3.12.2017

PORTARIA Nº 588/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Gláucia Gonzaga Vieira de Sá	2016/2017	10 a 19.12.2018	8 a 17.4.2019		7 a 16.3.2018

PORTARIA Nº 2404/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Francislene de Souza Guerreiro	2017/2018	14 a 23.1.2019	15 a 24.7.2019		17 a 26.9.2018
Guilherme da Matta Massarotto	2016/2017	7 a 16.1.2019	15 a 24.7.2019		1º a 10.8.2018

PORTARIA Nº 2759/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Gillielen Laura Alves Lobo Ruso	2017/2018	7 a 16.3.2019	10 a 19.6.2019		13 a 22.9.2018

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 3458/2018-PGJ, DE 15.10.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 1º.10.2018, a Portaria nº 2323/2018-PGJ, de 6.7.2018, que designou a servidora Ariane Albuquerque Miranda Pitzschk Terencio, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça de Amambai.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

SECRETARIA-GERAL**ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/2018-SG/MPMS, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.**

Estabelece orientações acerca dos procedimentos para locação de imóveis no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, combinado com a alínea “e” do art. 1º da Resolução nº 002/2001-PGJ, de 16 de março de 2001,

CONSIDERANDO o disposto no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece como regra geral a realização de processo de licitação, ressalvados os casos específicos na legislação, para as contratações públicas, assegurando-se a igualdade de condições a todos os concorrentes;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 24, inciso X, permite à Administração dispensar a licitação para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das suas finalidades precípua, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; e

CONSIDERANDO a necessidade de fixar boas práticas administrativas no tocante aos procedimentos a serem observados no âmbito do Ministério Público Estadual para locação de imóveis,

ESTABELECE:

Art. 1º Fica instituído o roteiro de boas práticas para subsidiar os procedimentos de locação de imóveis por parte do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), assim como os procedimentos para locação sob medida, nos termos dos Anexos desta Ordem de Serviço.

Art. 2º Todas as demandas por locação de imóveis, bem como os atos, expedientes e procedimentos executados pelos setores administrativos e auxiliares do MPMS deverão obedecer ao rito estabelecido nos Anexos desta Ordem de Serviço.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se a Ordem de Serviço nº 002/2018-SG/MPMS, de 16 de abril de 2018, e demais disposições em contrário.

Campo Grande, 15 de outubro de 2018.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA
Promotora de Justiça/Secretária-Geral do MPMS

Anexo I da Ordem de Serviço nº 004/2018-SG/MPMS, de 15 de outubro de 2018.**ROTEIRO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS**

ITEM	PROVIDÊNCIAS	RESPONSÁVEL	PRAZO MÁXIMO
1	<p>O Requisitante deverá encaminhar à Secretaria-Geral (SG) expediente informando a necessidade de locação de imóvel, acompanhado das devidas justificativas, quais sejam:</p> <p><i>I – os motivos que justificam a expansão, com indicação do número de membros, servidores e estagiários que atuarão no novo espaço;</i></p> <p><i>II – as dimensões, o raio de distância máxima em relação à sede atual e outras particularidades que devam caracterizar o imóvel;</i></p> <p><i>III – especificação das características mínimas do imóvel, como o número de pessoas por sala, número de vagas de veículos necessárias, número de banheiros, copa e demais dependências.</i></p> <p>Obs.: não encaminhar, neste momento, sugestão de imóveis a serem locados.</p>	Requisitante	-
2	Após despacho do Secretário-Geral, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral providenciará a abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93).	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias úteis
3	<p>Os autos serão encaminhados ao Departamento de Engenharia (DENG) para elaboração do plano de necessidades, contendo as características mínimas que o imóvel deve apresentar para atender às finalidades precípua da Administração Pública, acompanhadas das devidas justificativas. O modelo do plano de necessidades está disponível no Anexo II da Ordem de Serviço nº 004/2018-SG/MPMS.</p> <p>Caso o Requisitante já ocupe um imóvel, o DENG deverá manifestar-se quanto à viabilidade de reforma.</p> <p>O plano de necessidades será encaminhado à Divisão de Apoio da Secretaria-Geral.</p>	DENG	5 dias úteis
4	<p>A Divisão de Apoio da Secretaria-Geral submeterá o plano de necessidades ao crivo do Secretário-Geral e providenciará a minuta de deliberação.</p> <p>Caso o Secretário-Geral determine a retificação do plano de necessidades, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral juntará a devida deliberação e encaminhará o processo ao DENG.</p>	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias úteis
5	O DENG deverá elaborar e apresentar novo plano de necessidades conforme determinação do Secretário-Geral.	DENG	3 dias úteis
6	Aprovado o plano de necessidades, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral juntará a devida deliberação e encaminhará os autos ao Departamento de Apoio Administrativo do PGJ, solicitando que o referido Departamento providencie consulta ao órgão responsável pelo patrimônio imobiliário do Estado, indagando sobre a disponibilidade de imóvel público que atenda às necessidades deste MPMS, no intuito de possibilitar uma ocupação não onerosa, em obediência ao princípio da economicidade.	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias úteis
7	O Departamento de Apoio Administrativo do PGJ deverá expedir ofício ao órgão responsável pelo patrimônio imobiliário do Estado e aguardar o prazo de 10 dias corridos . No término do prazo, certificará nos autos se houve ou não resposta, procedendo-se à devolução dos autos à SG.	Departamento de Apoio Administrativo do PGJ	12 dias corridos ¹
8	<p>Na hipótese de o Estado dispor de imóvel que atenda às necessidades requeridas, caberá à Divisão de Apoio da Secretaria-Geral providenciar minuta de deliberação para o Secretário-Geral e encaminhar os autos ao DENG, caso em que o procedimento seguirá para o item 21.</p> <p>Na hipótese de o Estado não dispor de imóvel que atenda às necessidades requeridas ou não havendo resposta, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral deverá providenciar minuta de deliberação e encaminhar os autos ao Diretor da Secretaria de Administração (SEAD), a fim de que proceda à pesquisa no mercado imobiliário local.</p>	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias úteis
9	Compete à SEAD:	SEAD	12 dias corridos ³

¹ Prazo máximo para o setor responsável efetuar todas as providências indicadas e dar andamento no processo.

³ Prazo máximo para o setor responsável efetuar todas as providências indicadas e dar andamento no processo.

	<p>a) proceder à pesquisa no mercado imobiliário local², concedendo às imobiliárias um prazo máximo de 10 dias corridos para a resposta, a contar do recebimento do ofício – nessa pesquisa, deverão ser encaminhados os dados constantes no Anexo III da Ordem de Serviço nº 004/2018-SG/MPMS, solicitando a apresentação de proposta nos moldes do Formulário de Proposta de Preços, acompanhado do documento de Autorização de Intervenção devidamente preenchido;</p> <p>b) providenciar a publicação no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP), visando divulgar a intenção da Administração em locar um imóvel, nos moldes do Anexo III da Ordem de Serviço nº 004/2018-SG/MPMS – deverão ser concedidos 10 dias corridos de prazo para apresentação das respostas, a contar da publicação do aviso;</p> <p>c) expedir ofício ao requisitante solicitando indicação de imóveis, no prazo de 10 dias corridos, encaminhando os demais anexos da Ordem de Serviço nº 004/2018-SG/MPMS referentes a locação convencional;</p> <p>d) cumpridas as diligências anteriores, juntar a documentação completa recebida, e, após, encaminhar os autos ao DENG.</p> <p>Obs.: A descrição do imóvel a ser locado deverá conter a quantidade de cômodos/dependências e as metragens mínimas que atenderão ao interesse da Administração, não havendo a necessidade de indicar, no extrato de publicação no DOMP, a destinação final do cômodo/dependência.</p>		
10	<p>Compete ao DENG:</p> <p>a) receber e analisar a documentação juntada aos autos pela SEAD, elegendo, em conjunto com o Secretário-Geral⁴, o(s) imóvel(eis) que melhor atenda(m), em princípio, ao plano de necessidades;</p> <p>b) vistoriar <i>in loco</i> os imóveis selecionados, para elaboração de laudo/parecer técnico⁵;</p> <p>c) cumpridas as diligências anteriores, fazer a juntada da documentação e encaminhar os autos à SG para deliberação.</p> <p>Obs.: Excepcionalmente, na hipótese de não serem encontrados imóveis que se enquadrem no plano de necessidades, o Secretário-Geral poderá deliberar pela realização de procedimento de locação sob medida. Neste caso, os autos deverão ser remetidos à SEAD, para que cientifique os eventuais proponentes da recusa dos imóveis ofertados. Em seguida, o processo deverá ser encaminhado ao DENG, para que adote as providências iniciais para a <u>locação sob medida</u>, caso em que o procedimento seguirá para o item 22.</p>	DENG	15 dias corridos
AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DO IMÓVEL			
11	<p>11.1. Recebidos os autos da SG, a SEAD fará a conferência dos documentos encaminhados pelo proponente, verificando a validade das certidões e atualizando a documentação pertinente.</p> <p>11.2. Após a conferência da documentação, providenciará o laudo de avaliação prévia do preço de locação do imóvel eleito, a fim de demonstrar a compatibilidade do preço ofertado com o valor de mercado.⁶</p> <p>11.3. Encaminhará a documentação à Divisão de Apoio da Secretaria-Geral a fim de que seja autuado processo administrativo distinto, em caso de eventual empenho⁷.</p>	SEAD	5 dias úteis
	11.4. Caberá à Divisão de Apoio da Secretaria-Geral registrar e autuar procedimento administrativo, em caso de eventual empenho à empresa responsável pela avaliação prévia, providenciar minuta de deliberação para o Secretário-Geral e encaminhar os autos à Secretaria de Finanças e Planejamento (SEFIN), para empenho.	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias úteis
	11.5. Caberá à SEFIN empenhar o valor proposto pela empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação prévia e, após, encaminhar os autos à SEAD.	SEFIN	1 dia útil

² A pesquisa no mercado imobiliário deverá ser acompanhada de ampla divulgação das intenções deste MPMS de locar imóvel com as características apontadas.

⁴ A partir de critérios objetivos (relacionados no plano de necessidades) e de forma justificada. Os motivos de recusa dos imóveis não selecionados deverão vir expressos.

⁵ A vistoria do imóvel ofertado deverá apontar:

I - as adaptações necessárias, inclusive para atendimento às normas de acessibilidade espacial e aos critérios de Segurança Institucional; e

II - quais obras seriam realizadas pelo proprietário e quais ficariam a cargo do Ministério Público, com estimativas de custo e tempo de execução.

⁶ **Súmula TC/MS nº 28:** “A ausência de avaliação prévia do preço de locação do Imóvel destinado ao serviço público, visando a verificação de sua compatibilidade com o valor vigente no mercado, enseja a declaração da ilegalidade e irregularidade do contrato e aplicação de multa ao responsável”.

⁷ O eg. Tribunal de Contas da União tem recomendado ao administrador que solicite a elaboração de laudo de avaliação à Caixa Econômica Federal ou à Secretaria de Patrimônio da União, por considerar que tais organismos públicos possuem tradição e idoneidade aptas a fornecer balizamentos seguros à Administração. A documentação deverá ser apresentada em sua via original ou em cópia autenticada.

	11.6. Caberá à SEAD, em 2 dias úteis, encaminhar a nota de empenho à empresa responsável pela elaboração do laudo de avaliação prévia, concedendo um prazo de entrega de 10 dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho.	SEAD	12 dias úteis
	11.7. Com a entrega do laudo de avaliação prévia, procederá à juntada de 1 (uma) via aos autos de empenho, encaminhando-os ao DENG, para atestar o serviço e receber eventual nota fiscal.		
	11.8. Recebendo os autos de empenho, com a juntada do laudo de avaliação prévia, o DENG deverá proceder à análise do laudo, elaborar manifestação, atestar o serviço, assinar a nota fiscal e encaminhar os autos à SEAD. Deverá ainda enviar à SEAD, por meio de protocolo, cópia da manifestação referente ao laudo final.	DENG	2 dias úteis
	11.9. Recebida a cópia da manifestação referente ao laudo final, a SEAD irá realizar a juntada aos autos da locação, juntamente com a 2ª via do laudo de avaliação prévia, e remeterá o processo da locação à SG.	SEAD	1 dia útil
	11.10. O Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas/SEAD encaminhará os autos de empenho à SEFIN.	SEAD	1 dia útil
	11.11. A SEFIN providenciará o pagamento e arquivamento dos autos de empenho.	SEFIN	-
12	Em posse dos autos da locação, caberá à Divisão de Apoio da Secretaria-Geral encaminhá-los ao Secretário-Geral para deliberação autorizando a reserva orçamentária e remetê-los à SEFIN.	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias úteis
13	Em cumprimento da deliberação, a SEFIN realizará a reserva orçamentária, juntará o respectivo demonstrativo e remeterá os autos ao Setor de Contratos/SEAD.	SEFIN	1 dia útil
14	Caberá ao Setor de Contratos/SEAD elaborar e juntar a minuta de contrato.	Setor de Contratos	3 dias úteis
15	Devolvidos os autos, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral deverá distribuí-los à Assessoria Técnico-Jurídica (ASSETEJ).	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	1 dia útil
16	A ASSETEJ emitirá parecer acerca da possibilidade de dispensa de licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. X ⁸ , e quanto à regularidade da minuta do contrato, nos termos do parágrafo único do art. 38, combinado com o inciso VI do mesmo artigo, da referida Lei.	ASSETEJ	5 dias corridos
17	Recebidos os autos da ASSETEJ, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral os remeterá à Consultoria Administrativa (CAD) para elaborar minuta de decisão acerca da contratação.	CAD	5 dias corridos
18	Determinada a dispensa de licitação para locação do imóvel eleito, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral encaminhará os autos à SEFIN para efetuar o empenho.	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias úteis
19	Caberá à SEFIN realizar o competente empenho de despesa e, após, encaminhar os autos diretamente ao Setor de Contratos/SEAD.	SEFIN	1 dia útil
20	O Setor de Contratos/SEAD providenciará a publicação da ratificação da dispensa da licitação, como condição para a eficácia dos atos, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93 e providenciará a assinatura do contrato, em três vias.	Setor de Contratos	10 dias corridos
CESSÃO DE USO			
Na hipótese de o Estado dispor de imóvel que atenda às necessidades requeridas, o procedimento deverá atender ao seguinte rito:			
21	21.1. O DENG deverá vistoriar <i>in loco</i> o imóvel indicado, para elaboração de laudo/parecer técnico ⁹ , e informar ao Secretário-Geral eventuais necessidades de intervenções no imóvel.	DENG	10 dias corridos
	21.2. O Secretário-Geral analisará a conveniência e oportunidade da ocupação do imóvel do Estado, deliberando a esse respeito e determinando o envio dos autos à ASSETEJ, caso haja interesse na cessão de uso.	SG	-
	21.3. A ASSETEJ deverá analisar os autos e emitir parecer técnico-jurídico.	ASSETEJ	5 dias corridos
	21.4. Devolvidos os autos da ASSETEJ, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral fará a distribuição à CAD, à qual caberá realizar a análise dos autos em conjunto com o Secretário-Geral e elaborar minuta de decisão acerca da eleição do imóvel indicado, determinando a remessa dos autos ao Departamento de Apoio Administrativo do PGJ, para dar andamento às tratativas da formalização do termo de cessão de uso com o Estado.	CAD	5 dias úteis

⁸ “Art. 24. É dispensável a licitação: (...) X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia”.

⁹ A vistoria do imóvel ofertado deverá apontar:

I - as adaptações necessárias, inclusive para atendimento às normas de acessibilidade espacial e aos critérios de Segurança Institucional; e

II - quais obras seriam realizadas pelo proprietário e quais ficariam a cargo do Ministério Público, com estimativas de custo e tempo de execução.

	21.5. Os autos deverão permanecer com o Departamento de Apoio Administrativo do PGJ até a juntada do termo de cessão de uso, assinado pelas partes. Após adotadas estas providências, os autos devem ser encaminhados à Divisão de Apoio da Secretaria-Geral.	PGJ	-
	21.6. A Divisão de Apoio da Secretaria-Geral encaminhará os autos ao Setor de Contratos/SEAD para promover a publicidade do termo de cessão de uso.	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias úteis
	21.7. O Setor de Contratos/SEAD efetuará a publicação do ato no DOMP e fará a juntada de eventual publicação no Diário Oficial do Estado.	Setor de Contratos	5 dias úteis
	21.8. Em caso de necessidade de intervenção no imóvel, os autos deverão seguir ao DENG, para dar início às providências cabíveis.	DENG	-
LOCAÇÃO SOB MEDIDA			
22	<p>22.1. Recebido o processo da locação convencional, o DENG o utilizará apenas para ciência e consulta, devendo, tão logo não seja mais necessário tê-lo em sua guarda, remetê-lo à SG para arquivamento.</p> <p>O DENG elaborará plano de necessidades e demais documentos técnicos pertinentes, contendo as características mínimas que o imóvel deverá apresentar para atender às finalidades precípuas do Ministério Público, acompanhadas das devidas justificativas. Estes documentos são destinados a subsidiar a locação de edifício a ser construído sob medida e devem contemplar os objetivos estratégicos da Instituição e a análise de cenários futuros.</p> <p>Caberá ao DENG demonstrar, por meio de estudo técnico, cálculos estimados e documentos comprobatórios, que a opção pela locação sob medida mostra inequivocamente maior favorabilidade econômica (melhor custo-benefício) que a realização de reforma ou adequação em imóvel alugado sob a forma convencional, constituindo, portanto, economia de escala para a Instituição.</p> <p>Ainda, compete ao DENG comprovar a impossibilidade de suprir a demanda por outras formas, como obra de construção de novo edifício, em terreno de propriedade do órgão, e reforma em prédio próprio.</p> <p>Finalizada a confecção dos documentos pertinentes, o DENG deverá encaminhá-los à SG, para registro e autuação.</p>	DENG	30 dias corridos
	22.2. Recebidos os documentos do DENG e após despacho do Secretário-Geral, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral providenciará a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93) e remeterá os autos à SEFIN, para que apresente análise orçamentária.	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias úteis
	22.3. Com base nas informações fornecidas pelo DENG, a SEFIN apresentará análise orçamentária da viabilidade de efetuar locação sob medida, assim como de atender a demanda da Instituição de acordo com as estimativas de custos apresentadas pelo DENG no estudo técnico, a fim de amparar a decisão do Secretário-Geral.	SEFIN	5 dias úteis
	22.4. Os autos seguirão para apreciação do Secretário-Geral, que analisará os documentos, as manifestações e as justificativas apresentadas pelo DENG e pela SEFIN quanto à possibilidade de efetuar locação sob medida ¹⁰ .	SG	-
	22.5. Caso o Secretário-Geral determine a retificação do plano de necessidades, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral juntará a devida deliberação e encaminhará o processo ao DENG.	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias úteis
	22.6. O DENG deverá elaborar e apresentar novo plano de necessidades conforme determinação do Secretário-Geral.	DENG	5 dias úteis
	22.7. Os autos seguirão para análise da CAD, que, após verificado que foi devidamente comprovada a impossibilidade de suprir a demanda institucional por outras formas e que a locação sob medida é solução inequivocamente de maior favorabilidade econômica que a realização de reforma em imóvel alugado sob a forma convencional, elaborará minuta de decisão para o Secretário-Geral aprovar o plano de necessidades elaborado pelo DENG e determinando à SEAD que proceda à pesquisa no mercado imobiliário local visando efetuar a locação de imóvel a ser construído em conformidade com as necessidades do Ministério Público.	CAD	5 dias úteis
	22.8. Com a aprovação, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral deverá encaminhar os autos ao Diretor da SEAD, para que proceda à pesquisa no mercado imobiliário local a fim de identificar eventuais interessados na celebração do contrato de locação sob medida.	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	2 dias úteis

¹⁰ Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991: “Art. 54-A. Na locação não residencial de imóvel urbano na qual o locador procede à prévia aquisição, construção ou substancial reforma, por si mesmo ou por terceiros, do imóvel então especificado pelo pretendente à locação, a fim de que seja a este locado por prazo determinado, prevalecerão as condições livremente pactuadas no contrato respectivo e as disposições procedimentais previstas nesta Lei.”

<p>22.9. A SEAD procederá à pesquisa no mercado imobiliário local¹¹, concedendo às imobiliárias um prazo máximo de 20 dias corridos para a resposta, encaminhando, nessa pesquisa, os dados referentes ao plano de necessidades, especificações e documentos técnicos elaborados pelo DENG, solicitando a apresentação de proposta nos moldes do “Anexo B - Formulário de proposta de preço” constante no Anexo IV da Ordem de Serviço nº xxx/2018-SG/MPMS.</p> <p>22.10. Providenciará a publicação no DOMP da intenção da Administração em locar um imóvel a ser construído sob medida, nos moldes do Anexo IV da Ordem de Serviço nº xxx/2018-SG/MPMS. Deverão ser concedidos 20 dias corridos de prazo para apresentação das propostas, a contar da publicação do aviso.</p> <p>22.11. Cumpridas as diligências anteriores, deverá juntar a documentação completa recebida, e, após, encaminhar os autos ao DENG.</p> <p>Obs.: A descrição do imóvel a ser locado deverá conter a quantidade de cômodos/dependências e as metragens mínimas que atenderão ao interesse da Administração, não havendo a necessidade de indicar, no extrato de publicação no DOMP, a destinação final do cômodo/dependência.</p>	SEAD	22 dias corridos ¹²
<p>22.12. O DENG receberá e analisará a documentação juntada aos autos pela SEAD, elegendo, em conjunto com o Secretário-Geral¹³, o imóvel ou os imóveis que melhor atendam, em princípio, ao plano de necessidades.</p> <p>22.13. Deverá vistoriar <i>in loco</i> os imóveis selecionados e emitir relatório técnico individualizado acerca da localização, acessibilidade, presença de transporte público, adequação ao plano de necessidades, entre outras características e observações relacionadas ao imóvel.</p> <p>22.14. Cumpridas as diligências anteriores, fará a juntada da documentação e encaminhará os autos à SG.</p>	DENG	15 dias corridos
<p>22.15. Recebidos os autos, a Divisão de Apoio da Secretaria-Geral fará a distribuição à CAD para elaboração de minuta de decisão.</p>	Divisão de Apoio da Secretaria-Geral	1 dia útil
<p>22.16. Caberá à CAD realizar a análise dos autos em conjunto com o Secretário-Geral.</p> <p>Quando as necessidades de instalação e de localização condicionarem a escolha de determinado imóvel, sendo este o único capaz de satisfazer adequadamente o interesse público, e comprovado que o imóvel proposto é de propriedade do particular que será o futuro locador, a CAD deverá elaborar minuta de decisão para o Secretário-Geral determinando à SEAD que proceda à avaliação prévia para constatar se o preço ofertado para a locação sob medida é compatível com o de mercado.</p> <p>22.17. Os autos deverão seguir os trâmites previstos nos itens 11 a 20 deste Roteiro, no que for compatível com o procedimento.</p>	CAD	5 dias úteis

¹¹ A pesquisa no mercado imobiliário deverá ser acompanhada de ampla divulgação das intenções deste MPMS de locar imóvel a ser construído com as características apontadas.

¹² Prazo máximo para o setor responsável efetuar todas as providências indicadas e dar andamento no processo.

¹³ A partir de critérios objetivos (relacionados no plano de necessidades e demais documentos técnicos) e de forma justificada. Os motivos de recusa dos imóveis não selecionados deverão vir expressos.

Anexo II da Ordem de Serviço nº 004/2018-SG/MPMS, de 15 de outubro de 2018.**MODELO DE PLANO DE NECESSIDADES**

PLANO DE NECESSIDADES				
SETOR	DEPENDÊNCIA	QUANT.	ÁREA ÚTIL MÍNIMA (por ambiente)	CARACTERÍSTICAS/ OBSERVAÇÕES
ESPAÇOS PRINCIPAIS				
ESPAÇOS DE APOIO				
GARAGEM				

A edificação deve atender as exigências relacionadas à acessibilidade arquitetônica de acordo com a NBR 9050/2015 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), a Lei nº 10.098/2000 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida), o Decreto nº 5.296/2004 (regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000), e a Resolução nº 81/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público (dispõe sobre a criação da Comissão Temporária de Acessibilidade, adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade).

Anexo III da Ordem de Serviço nº 004/2018-SG/MPMS, de 15 de outubro de 2018.**MODELO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – LOCAÇÃO CONVENCIONAL****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPMS) declara pública a intenção de **locar um imóvel situado no perímetro urbano do município de XXXX**, pelo prazo inicial de 5 (cinco) anos, para os fins de instalação de Órgãos de Execução e Auxiliares, conforme especificado no Anexo A deste extrato, e de acordo com as normas técnicas exigidas, em especial, no que diz respeito à acessibilidade.

Os interessados deverão encaminhar a proposta conforme formulário constante no Anexo B, instruída com a documentação do proponente e do imóvel, e acompanhada da Autorização de Intervenção, que consta no Anexo C, **no prazo de 10 (dez) dias corridos**, contados da data de publicação deste aviso, para o *e-mail* da Secretaria de Administração do MPMS, sead@mpms.mp.br, ou poderão, ainda, protocolizá-la na Divisão de Protocolo-Geral do MPMS, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS, CEP 79031-907, em horário comercial (8h às 11h e 13h às 18h).

Secretário(a)-Geral do MPMS

<u>ANEXO A</u>				
PLANO DE NECESSIDADES				
SETOR	DEPENDÊNCIA	QUANT.	ÁREA ÚTIL MÍNIMA (por ambiente)	CARACTERÍSTICAS/ OBSERVAÇÕES
ESPAÇOS PRINCIPAIS				
ESPAÇOS DE APOIO				
GARAGEM				

A edificação deve atender as exigências relacionadas à acessibilidade arquitetônica de acordo com a NBR 9050/2015 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), a Lei nº 10.098/2000 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida), o Decreto nº 5.296/2004 (regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000), e a Resolução nº 81/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público (dispõe sobre a criação da Comissão Temporária de Acessibilidade, adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade).

<u>ANEXO B</u>
FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO
<p>À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MPMS.</p> <p>(NOME DO[A] PROPONENTE), CNPJ/CPF nº (PREENCHER), com endereço em (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu(sua) representante legal, (NOME DO[A] REPRESENTANTE), portador(a) do documento de identidade RG nº (PREENCHER), e do CPF nº (PREENCHER), referente à LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO A, vem apresentar a seguinte proposta comercial:</p> <p>VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$ xxx,xx (valor por extenso)</p> <p>VALOR ANUAL DO ALUGUEL: R\$ xxx,xx (valor por extenso)</p> <p>ENDEREÇO COMPLETO DO IMÓVEL:</p> <p>ÁREA TOTAL DO IMÓVEL:</p> <p>ÁREA CONSTRUÍDA:</p> <p>QUANTIDADE DE VAGAS NA GARAGEM:</p> <p>Dados completos de identificação e contato do(a) proponente (<i>e-mail</i>, telefones, fax, etc.).</p> <p>Prazo para entrega das chaves do imóvel: (número por extenso) dias consecutivos, a contar da assinatura desta proposta.</p> <p>Esta proposta tem a validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias corridos.</p> <p>(LOCAL), (UF), (DIA) de (MÊS) de (ANO)</p> <p>Assinatura (proprietário[a]/representante legal)</p>

Documentação do imóvel:

- a) certidão de inteiro teor de seu registro;
- b) certidão de Habite-se;
- c) laudo atualizado do Corpo de Bombeiros;
- d) comprovante de cadastro no Fisco Municipal para fins do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), com indicação do valor deste;
- e) planta baixa atualizada.

Documentação do proponente/proprietário - pessoa jurídica:

- a) ato constitutivo;
- b) cédula de identidade do representante legal;
- c) comprovante de inscrição e de situação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) certidão negativa de falência e recuperação judicial;
- g) certidão negativa de infrações trabalhistas; e
- h) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Documentação do(a) proponente/proprietário(a) - pessoa física:

- a) cédula de identidade;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- d) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) certidão negativa cível; e
- f) certidão negativa de infrações trabalhistas.

ANEXO C**AUTORIZAÇÃO DE INTERVENÇÃO**

Eu, (NOME DO[A] PROPONENTE), (NACIONALIDADE), (ESTADO CIVIL), (PROFISSÃO), inscrito(a) no CPF sob o nº (PREENCHER), na qualidade de locador(a) do imóvel localizado em (ENDEREÇO COMPLETO), autorizo o locatário **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, com sede na Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 03.983.541/0001-75, a realizar obras e adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades no referido imóvel.

(MUNICÍPIO) - (UF), (dia) de (mês) de (ano).

Assinatura (proprietário[a]/representante legal)

ANEXO IV da Ordem de Serviço nº 004/2018-SG/MPMS, de 15 de outubro de 2018.**MODELO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - LOCAÇÃO SOB MEDIDA****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPMS) declara pública a intenção de **locar um imóvel situado no perímetro urbano do município de XXXX**, pelo prazo inicial de 10 (dez) anos, a ser construído sob medida, para os fins de instalação de Órgãos de Execução e Auxiliares, de acordo com o plano de necessidades, especificado no Anexo A deste extrato, com as especificações e documentos técnicos a serem disponibilizados pelo Departamento de Engenharia/MPMS em XXXXX, e com as normas técnicas exigidas, em especial, ao que diz respeito à acessibilidade.

Os interessados deverão encaminhar a proposta conforme formulário constante no Anexo B, instruída com a documentação do proponente e do imóvel, no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data de publicação deste aviso, para o e-mail da Secretaria de Administração do MPMS, sead@mpms.mp.br, ou poderão, ainda, protocolizá-la na Divisão de Protocolo-Geral do MPMS, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS, CEP 79031-907, em horário comercial (8h às 11h e 13h às 18h).

Secretário(a)-Geral do MPMS

<u>ANEXO A</u>				
PLANO DE NECESSIDADES				
SETOR	DEPENDÊNCIA	QUANT.	ÁREA ÚTIL MÍNIMA (por ambiente)	CARACTERÍSTICAS/ OBSERVAÇÕES
ESPAÇOS PRINCIPAIS				
ESPAÇOS DE APOIO				
GARAGEM				

A edificação deve atender as exigências relacionadas à acessibilidade arquitetônica de acordo com a NBR 9050/2015 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), a Lei nº 10.098/2000 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida), o Decreto nº 5.296/2004 (regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000), e a Resolução nº 81/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público (dispõe sobre a criação da Comissão Temporária de Acessibilidade, adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade).

ANEXO B**FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO**

À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MPMS.

(NOME DO[A] PROPONENTE), CNPJ/CPF nº (PREENCHER), com endereço em (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu(sua) representante legal, (NOME DO[A] REPRESENTANTE), portador(a) do documento de identidade RG nº (PREENCHER), e do CPF nº (PREENCHER), referente à LOCAÇÃO DE IMÓVEL A SER CONSTRUÍDO SOB MEDIDA, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO A, vem apresentar a seguinte proposta comercial:

VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$ xxx,xx (valor por extenso)

VALOR ANUAL DO ALUGUEL: R\$ xxx,xx (valor por extenso)

ENDEREÇO COMPLETO DO IMÓVEL:

ÁREA TOTAL DO IMÓVEL:

ÁREA CONSTRUÍDA:

QUANTIDADE DE VAGAS NA GARAGEM:

Dados completos de identificação e contato do proponente (*e-mail*, telefones, fax, etc.).

Prazo para entrega das chaves do imóvel: (número por extenso) dias consecutivos, a contar da assinatura desta proposta.

Esta proposta tem a validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias corridos.

(LOCAL), (UF), (DIA) de (MÊS) de (ANO)

Assinatura (proprietário[a]/representante legal)

Documentação do imóvel:

- a) certidão vintenária do imóvel;
- b) comprovante de cadastro no Fisco Municipal para fins do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), com indicação do valor deste;
- c) certidões referentes aos tributos que incidam sobre o imóvel;
- d) plantas de situação e localização do terreno e construções;
- e) certidões negativas de ônus, gravames e de distribuição de ações reais e reipersecutórias relativas ao imóvel.

Documentação do proponente/proprietário - pessoa jurídica:

- a) ato constitutivo;
- b) cédula de identidade do representante legal;
- c) comprovante de inscrição e de situação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) certidão negativa de falência e recuperação judicial;
- g) certidão negativa de infrações trabalhistas; e
- h) declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Documentação do(a) proponente/proprietário(a) - pessoa física:

- a) cédula de identidade;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) certidões negativas de débitos perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, contemplando, neste último caso, tributos mobiliários e imobiliários;
- d) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) certidão negativa cível;
- f) certidão negativa de infrações trabalhistas;
- g) comprovante de residência;
- h) certidão de casamento e CPF do cônjuge (se casado).

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 39/PGJ/2018 (Processo PGJ/10/3475/2018).

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de adequação da recepção do prédio-sede do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado - GAECO, em Campo Grande - MS, incluindo o fornecimento de todo o material necessário.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 31 de outubro de 2018.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na sala de licitações da Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ.

Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 10/10/2018:

- Pregoeiro: Emerval Carmona Gomes;

- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;

- Suplente do Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;

- Suplente da Equipe de Apoio: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz e Lygia Mara Rosa da Silva Moraes;

- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ e Departamento de Engenharia/PGJ

Campo Grande, 16 de outubro de 2018.

Emerval Carmona Gomes

Pregoeiro/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**REPUBLICA-SE, POR INCORREÇÃO, O EXTRATO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PUBLICADO NO DOMP/MS Nº 1837 DE 15 DE OUTUBRO DE 2018 NA PÁGINA 14.**

Ratificação de inexigibilidade de licitação.

Processo PGJ/10/3271/2018.

Amparo legal: Artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 1.029.650,00 nos termos das Notas de Empenho nº 2018NE004945, nº 2018NE004946 e nº 2018NE004947 de 08.10.2018.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para atualização do Sistema JADE na versão web, incluindo a prestação de serviços de implantação, migração de dados, treinamentos e manutenção preventiva, adaptativa, corretiva e evolutiva, tanto a título de correção como de atualização de rotinas que venham a sofrer alterações por força da legislação específica, serviços sob demanda de análise e desenvolvimento de sistema para proposição de evoluções técnicas e lógicas, serviços de suporte técnico presencial e, ainda, customização do Portal de Serviços Web, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), que possui a licença e direito de uso.

Justificativa: A empresa Ábaco Tecnologia da Informação Ltda. é a única fornecedora hábil para realizar o objeto a ser contratado, diante da exclusividade dessa empresa.

Ratifica: Helton Fonseca Bernardes, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo.

Campo Grande/MS, 8 de outubro de 2018.

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/PGJ/2014

Processo nº PGJ/10/2672/2014

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2 – PRO INFO ENERGIA ININTERRUPTA E INFORMÁTICA LTDA, representada neste ato por André Luiz Parreiras. Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 42/PGJ/2014.

Amparo Legal: Artigo 57, inciso II; e do artigo 65, §8º, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, referente à prestação de serviços de locação de equipamentos para fornecimento de energia ininterrupta (UPS), médio e grande porte, incluindo os serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o fornecimento e substituição de peças e componentes de no-breaks, para atender às Promotorias de Justiça da Capital – Unidade Rua da Paz e GAECO, sendo 5 (cinco) unidades de equipamentos para fornecimento de energia ininterrupta (UPS) com capacidade de 20kVA e 1 (uma) unidade de equipamento para fornecimento de energia ininterrupta (UPS) com capacidade de 8Kva; bem como o reajuste do valor mensal do aluguel de cada unidade locada de equipamento com capacidade de 20Kva em R\$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) e o valor mensal do aluguel de cada unidade locada de equipamento com capacidade de 8kVA em R\$ 58,08 (cinquenta e oito reais e oito centavos), em razão da aplicação da variação do IGPM (Índice Geral dos Preços Médios, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), consoante teor da Cláusula Quarta, de modo que o valor mensal do aluguel de cada unidade locada de equipamento com capacidade de 20Kva passará a ser o de R\$ 1.902,58 (um mil, novecentos e dois reais e cinquenta e oito centavos) e o valor mensal do aluguel de cada unidade locada de equipamento com capacidade de 8kVA passará a ser o de R\$ 761,03 (setecentos e sessenta e um reais e três centavos), perfazendo o valor mensal total de R\$ 10.273,93 (dez mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e três centavos), com efeitos a partir de 16.10.2018.

Valor mensal total do Contrato: R\$ 10.273,93.

Vigência/produção dos efeitos: 16.10.2018 a 15.10.2019.

Data de assinatura: 8 de outubro de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 27/2018.**

A 26ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2018.00003800-1.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL.

Objeto: Acompanhar a adoção de providências pelo IMASUL visando a Avaliação Ambiental Estratégica para a Sub-Bacia Taquari.

Campo Grande, 16 de outubro de 2018.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça.

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 0003/2018/33PJ/CGR

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, através do Promotor de Justiça subscrevente, com supedâneo no plexo de atribuições descritas no artigo 129, IX, da Constituição Federal; artigo 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93; artigo 201, VIII e §§ 2º e 5º, “c”, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO que é dever institucional do Ministério Público zelar pelo acautelamento dos direitos e das garantias legais asseguradas às crianças e aos adolescentes, com a promoção, *ex vi* do artigo 129, II, da Constituição Federal¹⁴, das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

CONSIDERANDO a previsão do artigo 11 do Provimento nº 63, de 14 de novembro de 2017, da Corregedoria Geral de Justiça, que confere juridicidade ao reconhecimento da paternidade ou da maternidade socioafetiva realizado perante o oficial de registro civil;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal se limitou a declarar a possibilidade de “*coexistência da dupla paternidade: a socioafetiva de um lado; e, de outro, a biológica. [...] concomitante, posterior ou anterior*” (Voto Min. Ricardo Lewandowski no RE 898060, Tribunal Pleno, j. 21/09/2016), não constando dos debates menção à licitude da declaração de paternidade por quem sabe não possuir vínculo biológico (adoção à brasileira ou adoção direta);

CONSIDERANDO a competência privativa da União para legislar sobre direito civil (art. 22, I, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o vínculo legal de adoção se constitui por meio de sentença judicial (artigo 47 da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que a carência de intervenção do Ministério Público nos feitos que envolvam interesses de crianças e de adolescentes é causa de nulidade absoluta, que poderá, inclusive, ser declarada de ofício pelo Juiz ou a requerimento de qualquer interessado (artigo 204 da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que o ECA, no art. 19-A (com redação alterada pela Lei nº 13.509, de 22 de Novembro de 2017), prescreve que a gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude;

CONSIDERANDO que o vínculo de adoção deve ser reconhecido sempre com a assistência do “Poder Público, na forma da lei” (art. 227, § 5º, da Constituição Federal) e, quando fizer alusão à criança ou ao adolescente, nos termos do art. 1.618 do Código Civil, “será deferida na forma prevista pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990” (Redação dada pela Lei nº 12.010/2009);

CONSIDERANDO que a sentença judicial pressupõe a atuação de equipe interprofissional, responsável por “*fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico*” (art. 151 do Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO que, no âmbito das varas de família, conforme previsão do art. 694 do Código de Processo Civil, o juiz também deve “*dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento*” e as partes têm direito a receber “*atendimento multidisciplinar*”;

CONSIDERANDO que é conferido ao padrasto o direito de “*postular a destituição do poder familiar do pai biológico da criança. Entretanto, todas as circunstâncias deverão ser analisadas detidamente no curso do processo, com a necessária instrução probatória e amplo contraditório, determinando-se, outrossim, a realização de estudo social ou, se possível, de perícia por equipe interprofissional [...]*” (CASSETTARI, Christiano. Multiparentalidade e parentalidade socioafetiva: efeitos jurídicos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 44);

CONSIDERANDO que o artigo 12 do Provimento nº 63, de 14 de novembro de 2017, emanado da Corregedoria Nacional de Justiça, prevê que o registrador deve recusar o registro de reconhecimento voluntário de paternidade ou maternidade socioafetiva e encaminhar o pedido ao juiz competente sempre que houver a mera suspeita de fraude,

¹⁴Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:
[...]

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

falsidade, má-fé, vício de vontade, simulação ou dúvida sobre a configuração do estado de posse de filho;

CONSIDERANDO que o estado de posse de filho não se confunde com filiação socioafetiva, sendo aquele apenas uma das condições para que esta se configure;

CONSIDERANDO que a caracterização do estado de posse de filho pressupõe a existência de 3 (três) elementos, quais sejam: 1) nome, empregando-se o sobrenome do(a) pretense(a) pai/mãe; 2) trato, ou seja, o comportamento de quem deseja ser o(a) pai/mãe para com o suposto filho, caracterizando-se pela assistência financeira, psicológica, moral, etc. e 3) fama, através da exteriorização do estado da pessoa para o público, de modo que a sociedade presuma que são, de fato, pai/mãe e filho;

CONSIDERANDO que, para além da comprovação dos elementos que compõem o estado de posse de filho, é certo que a configuração da filiação socioafetiva não poderá prescindir da presença do elemento volitivo, é dizer, da vontade dos envolvidos de se constituírem como pai/mãe e filho, haja vista a formação de vínculos de afinidade e afetividade;

CONSIDERANDO que a aferição do estreitamento dos multicitados vínculos deve encontrar supedâneo em ato complexo que compreenda: avaliação minuciosa do contexto social e acompanhamento técnico dos envolvidos;

CONSIDERANDO que para a realização do acompanhamento técnico acima citado, faz-se indispensável a formação de uma equipe técnica formada, no mínimo, por Assistente Social e Psicólogo, que detenham o conhecimento e a capacidade necessários para reconhecer e comprovar a formação de vínculos estabelecidos numa relação socioafetiva;

CONSIDERANDO a notória necessidade, para o sucesso do trabalho técnico, da realização de entrevistas e visitas domiciliares para avaliar o contexto social dos envolvidos, bem assim, máxime no contexto da Psicologia, de procedimentos que busquem verificar a subjetividade envolvida na espécie, sem descurar do significado que o suposto filho afetivo tem para os interessados no reconhecimento do vínculo;

CONSIDERANDO a extrema dificuldade de constatação, pelo registrador, dos versados vínculos de afinidade e afetividade, com base apenas na voluntariedade manifestada pelo interessado no reconhecimento;

CONSIDERANDO os limites impostos ao Conselho Nacional de Justiça pelo art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal, que autoriza a edição de atos normativos primários “somente no âmbito de sua competência (controle administrativo, financeiro e funcional do Poder Judiciário) [...]”. Se o constituinte originário ou reformador foi explícito em reservar à lei formal a disciplina de determinado tema (sinalizando que ele deve ser normatizado pelo Parlamento), está o CNJ impedido de editar ato normativo sobre a matéria” (RICHA, Morgana. Conselho Nacional de Justiça: fundamentos, processo e gestão. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 284-285);

CONSIDERANDO a fundamentação consignada em decisão preferida pelo Ministro João Otávio de Noronha nos autos do Pedido de Providências nº 0002653-77.2015.2.00.0000: “*temerário seria se este Conselho Nacional de Justiça reconhecesse a possibilidade de registro em cartório de múltiplos vínculos de filiação quando a discussão ainda não se encontra madura no âmbito do Poder Judiciário e inexistente norma legal que autorize o múltiplo registro de pais no assento de nascimento. Extrapolaria este Conselho as suas atribuições previstas na Constituição Federal, no seu Regimento Interno e no Regulamento da Corregedoria Nacional de Justiça, além de violar frontalmente a separação entre os Poderes da Federação*”. (Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>>, documento nº 17030911342410300000002058078);

CONSIDERANDO o Enunciado 7 do Fórum Nacional de Membros do Ministério Público da Infância (Proinfância), aprovado em seu V Congresso Nacional, ocorrido no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, de 12 a 14 de abril de 2018, pelo qual: “*Enunciado nº 7 - O reconhecimento voluntário da paternidade ou da maternidade socioafetiva regulado pelos arts. 10 a 15 do Provimento nº 63/2017 da Corregedoria Nacional de Justiça é inconstitucional por violar o art. 1º, parágrafo único, o art. 2º, o art. 22, I, o art. 103-B, § 4º, I, e § 5º, o art. 127, “caput”, e o art. 227, “caput” e §§ 5º e 6º, da Constituição Federal*” (Disponível em: <http://www.proinfancia.net/>);

CONSIDERANDO, ainda, a provocação à Procuradoria-Geral da República, através de representação encaminhada pelo Fórum Nacional de Membros do Ministério Público da Infância (Proinfância), conforme deliberação de seu V Congresso Nacional, ocorrido no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, de 12 a 14 de abril de 2018,

para que seja iniciado o controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, o que não impede o ajuizamento, por esta Promotoria de Justiça, de ação destinada a suspender os efeitos jurídicos e declarar a nulidade dos atos que violem os direitos de crianças e adolescentes (Disponível em: <http://www.proinfancia.net/>)

CONSIDERANDO a necessidade de se tomar medidas de caráter emergencial, dado o precedente aberto pelo ato da Corregedoria Nacional de Justiça, que, como visto, vem gerando efeitos jurídicos imediatos na vida de crianças e adolescentes – e isso à margem de qualquer debate legislativo prévio e de análise judicial e interdisciplinar;

RECOMENDA ao Oficial de Serviço Notarial e de Registro Civil de Anhanduí-MS que se abstenha de realizar o processamento de reconhecimentos de paternidade ou maternidade socioafetiva que envolvam crianças ou adolescentes com base no Provimento nº 63/2017-CNJ ou em normas regulamentares dele derivadas.

Campo Grande, 03/10/2018.

NICOLAU BACARJI JÚNIOR
Promotor de Justiça

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0016/2018/02PJ/CBA.

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002930-2.

Representante: Ministério Público Estadual.

Representado: Felizardo do Carmo Filho.

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 30,77 hectares, sendo que 26,58 hectares ocorreram em área determinada como de Mata Atlântica, e 4,19 hectares em área de vegetação nativa remanescente, ambas no interior do imóvel rural “Fazenda Mamoeiro”, ora pertencente a Felizardo do Carmo Filho, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente.

Corumbá/MS, 10 de outubro de 2018.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA
Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0098/2018/02PJ/AMB.

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00002952-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Prefeitura de Coronel Sapucaia.

Objeto: Compelir o poder público de Coronel Sapucaia/MS ao cumprimento dos ditames do Estatuto da Criança e do Adolescente, em específico, no que tange a política de atendimento à criança e ao adolescente relativo à convivência familiar e comunitária no programa de famílias acolhedoras. (IC 17/2015).

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 17/2015/2ªPJAmb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPI/MPMS.

Amambai (MS), 15 de outubro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO
Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0155/2018/01PJ/PPR.

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002708-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002708-1.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Instituto Gerir.

Assunto: Acompanhar o cumprimento do acordo extrajudicial formalizado a fim de garantir a execução do Plano de Ação elaborado pelas partes compromissárias com o objetivo de desenvolver ações conjuntas relativo ao Contrato de Gestão nº 01/2016 visando à consecução das metas contratuais e equilíbrio financeiro do Hospital Regional Dr. José de Simone Netto em Ponta Porã/MS.

Ponta Porã/MS, 16 de outubro de 2018.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

SÃO GABRIEL DO OESTE

EDITAL N.º 0027/2018/02PJ/SGO.

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002281-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Empresa Agropantanal.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental e eventual poluição causada pela inadequação das instalações da empresa Agropantanal, localizada na Rua Marechal Floriano, n. 1120, Bairro Milani, São Gabriel do Oeste/MS.

São Gabriel do Oeste, MS, 05 de setembro de 2018.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça em Substituição Legal.

EDITAL N.º 0028/2018/02PJ/SGO.

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003543-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Vanderlei de Lima.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 006/2016.

São Gabriel do Oeste, MS, 03 de outubro de 2018.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO
Promotora de Justiça

EDITAL N.º 0029/2018/02PJ/SGO.

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003555-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Claudir José Balzan.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta Firmado nos autos do Inquérito Civil nº 008/2016.

São Gabriel do Oeste, MS, 03 de outubro de 2018.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça

EDITAL N.º 0030/2018/02PJ/SGO.

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003540-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Délcio Guzzi.

Assunto: Acompanhar o cumprimento do TAC do Inquérito Civil 06.2018.0001477-5, tendo como requerido o Sr. Délcio Guzzi, proprietário da fazenda Água Branca.

São Gabriel do Oeste, MS, 08 de outubro de 2018.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANGÉLICA

EDITAL N.º 24/2018/PJ/AIC.

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002686-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Município de Angélica/MS e Almir Fagundes.

Assunto: Apurar eventual cedência do Vereador Almir Fagundes, pela Secretaria Estadual de Educação, para prestar serviços ao Município de Angélica/MS.

Angélica/MS, 15 de outubro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

GLÓRIA DE DOURADOS

EDITAL N: 0027/2018/PJ/GDS.

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS

Inquérito Civil nº: 06.2018.00002934-6.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Glória de Dourados.

Assunto: Apurar eventual descumprimento da carga horária pelos servidores públicos lotados na área da saúde deste município de Glória de Dourados.

Glória de Dourados/MS, 10 de outubro de 2018.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça